

Ele era ela

A Madeira está mais aberta à diversidade: 2018 foi o ano com mais pedidos para mudar de género no registo civil. Todavia, os transexuais madeirenses carecem de cuidados de saúde específicos

Imagine viver num corpo com o qual não se identifica. De uma forma simplista é isso que acontece com um transexual. Nada tem de simplista, por oposição, o processo de reatribuição de género, como de resto nunca são simplistas as questões do preconceito e aceitação social.

Na Madeira, a intervenção do Núcleo da Rede Ex Aequo (Associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes) junto da comunidade tem ajudado a quebrar estereótipos e, sobretudo, a dar voz às reivindicações da comunidade 'trans'. Sobressai a falta de acesso aos cuidados de saúde no Serviço Regional de Saúde [v. destaque 2].

Recorde-se que, mesmo a nível internacional, foi apenas em Julho de 2018 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de considerar a transexualidade como distúrbio mental. Uma luta travada há anos pelas associações de apoio a comunidades LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), pois esta categorização era considerada discriminativa.

De acordo com um relatório da associação ILGA Portugal sobre a transexualidade, “transexual é uma pessoa que sente que o seu sexo não está de acordo com a sua identidade de género; é a forma mais extrema da perturbação da identidade de género, em que as pessoas se identificam persistentemente como membros do sexo oposto ao que lhes foi atribuído ao nascimento e necessitam de adaptar a sua aparência física à sua identidade de género através de terapias hormonais/ou procedimentos cirúrgicos (que não se limitam à cirurgia genital)”.

A reatribuição de género implica um longo processo. Cada pessoa tem de sujeitar-se a uma apurada avaliação médica. Se lhe for diagnosticada “Perturbação de Identidade de Género” ou “Disforia de Género”, tem de repetir os exames, num local distinto. Com os dois diagnósticos, pode avançar para a terapêutica hormonal, prescrita por um endocrinologista. E, por fim, sujeitar-se às cirurgias.

Tal como expôs ao DIÁRIO, o coordenador do núcleo LGBTI Funchal da Rede Ex Aequo, Emanuel Caires, “a patologização das pessoas trans é bastante dolorosa para as mesmas, porque além de já estarem da perturbação da identidade de género, em que as pessoas se identificam persistentemente como membros do sexo oposto ao que lhes foi atribuído ao nascimento e necessitam de adaptar a sua aparência física à sua identidade de género através de terapias hormonais/ou procedimentos cirúrgicos (que não se limitam à cirurgia genital)”.

A reatribuição de género implica um longo processo. Cada pessoa tem de sujeitar-se a uma apurada avaliação médica. Se lhe for diagnosticada “Perturbação de Identidade de Género” ou “Disforia de Género”, tem de repetir os exames, num local distinto. Com os dois diagnósticos, pode avançar para a terapêutica hormonal, prescrita por um endocrinologista. E, por fim, sujeitar-se às cirurgias.

Tal como expôs ao DIÁRIO, o coordenador do núcleo LGBTI Funchal da Rede Ex Aequo, Emanuel Caires, “a patologização das pessoas trans é bastante dolorosa para as mesmas, porque além de já estarem

a lidar com a disforia de género ainda têm de lidar com a patologização da sua própria identidade”. E acrescenta: “Falta que essa mudança da OMS acabe por se rever em todos os outros aspectos clínicos na prática e até mesmo legais (...) O mais importante é ouvirmos as pessoas e percebermos as suas motivações e, acima de tudo, as suas reivindicações”.

Na Madeira não há cirurgias

Em Portugal, apesar das cirurgias de reatribuição de género estarem previstas na lei desde 1995, actualmente existem apenas duas unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS) a realizar este tipo de intervenções genitais (vaginoplastias e faloplastias): o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (desde 2011) e o Hospital de São João, no Porto (desde 2016).

As primeiras cirurgias do país foram realizadas no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, em 1999, mas com a reforma do cirurgião Décio Ferreira, em 2011, não houve passagem de testemunho, pelo que neste momento cirurgias de reatribuição de género na capital só mesmo no privado.

De acordo com as notícias mais recentes a nível nacional, no Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, concretamente na Unidade de Reconstrução Génito-Urinária e Sexual (URGUS), já foram realizadas 73 cirurgias de reatribuição de género: dez faloplastias e 21 vaginoplastias em 54 utentes - alguns fizeram mais de um procedimento cirúrgico. E têm vindo a aumentar estes procedimentos, 21 cirurgias em 2017 e quatro já neste ano. No Hospital de

São João do Porto, por seu turno, foram realizadas quatro vaginoplastias e uma faloplastia.

As cirurgias não acontecem na Madeira, todavia parte do processo de transição pode ser realizado na Região, ainda que com algumas falhas a apontar.

“Considero-me transexual, que devo fazer?”

Em relação ao procedimento a seguir por uma pessoa que se considere transexual na Madeira e deseje fazer a transição para o género desejado, à semelhança do que sucede a nível nacional, o indivíduo deverá sujeitar-se a avaliação médica.

Emanuel Caires explica o seguinte: “Caso uma pessoa queira fazer transição (submetendo-se ou não a cirurgias), deve dirigir-se à consulta de medicina sexual e de sexologia do Centro de Saúde do Bom Jesus, fazendo marcação. Após isso, deverá passar por um processo de psicologia + sexologia + endocrinologia + cirurgia (caso haja intenção)”.

Relativamente ao diagnóstico de transexualidade/ apoio psicológico, a informação divulgada na página oficial do Serviço de Saúde da RAM, clarifica alguns detalhes. “O Serviço de Saúde da RAM disponibiliza uma consulta de Medicina Sexual, destinada a jovens e adultos. Trata-se de uma consulta interdisciplinar, cujo seu objectivo é o atendimento no que diz respeito à sexualidade. Concretamente, a avaliação e intervenção médica e psicológica dirigida a adolescentes e adultos que apresentam dificuldades ou problemas na esfera sexual, onde se incluem as perturbações da identidade do género.

“A responsável por esta consulta é a Dra. Carla Câmara (psicóloga responsável pela Consulta de Sexologia no Serviço de Psiquiatria, no Hospital dos Marmeleiros). Os utentes serão referenciados por qualquer médico, através do Portal Informático ao Serviço de Psiquiatria, ao cuidado da Dra. Carla Câmara, que agendará as marcações. As consultas decorrem no Centro de Saúde do Bom Jesus e/ou no Hospital dos Marmeleiros (Serviço de Psiquiatria)”, acrescenta o folheto informativo.

No que toca à segunda parte do processo – a endocrinologia (especialidade médica que estuda o funcionamento das hormonas no organismo humano) – este serviço não está disponível no serviço público na Região.

Funchal é cidade segura para comunidade LGBTI

Se na comunidade médica se caminha para uma maior abertura e informação sobre estas questões. Então e na sociedade? “Depende se estamos numa cidade ou fora da cidade e depende da cidade. Aqui no Funchal varia imenso, mas estamos também numa fase de transição”, contrapõe Emanuel Caires.

O trabalho junto da comunidade LGBTI (Lébiscais, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Intersexo) na Madeira iniciou-se em Junho de 2016, com a criação do Núcleo da Rede Ex Aequo no Funchal. A partir daí foram criados vários eventos com o núcleo. “Reuniões regulares de apoio e interajuda; encontros para estimular o convívio para quebrar o isolamento desses jovens e até alguns eventos abertos ao público, como o Ciclo de Cinema LGBTI no Funchal”, refere o coordenador. À volta de uma dezena de jovens ‘trans’ frequentam o núcleo da Rede Ex Aequo.

Paralelamente, a Rede Ex Aequo intervém ao nível da educação sexual junto dos mais jovens, em colaboração com a Direcção Regional de Educação, através do ‘Projecto ESA - Educação para a Sexualidade e Afectos’, implementado nas escolas desde o ano lectivo 2006/2007).

“Acho que há três anos atrás (e não foi assim há tanto tempo) era muito mais difícil porque não havia nenhum trabalho LGBTI cá na Região e, se havia, era algo que não dava uma resposta tão concisa como nós agora damos com a Rede Ex Aequo”, vinca Emanuel, reconhecendo no entanto que o Funchal Pride – a primeira Marcha do Orgulho LGBTI do Funchal, realizado o ano passado – foi um ponto de viragem neste processo.

“Todo este processo culminou foi, de facto, no Funchal Pride no ano passado, a 7 de Outubro. Foi bom sabermos que as pessoas LGBTI têm orgulho de terem passado por muitas coisas e ainda assim continuam a ser fiéis a si próprias. Mas também o facto de termos pessoas heterossexuais, que não se identificam como LGBTI, mas que se juntaram a marcha e apoiaram a luta contra a homofobia e transfobia”.

De destacar que, em 2017, cerca de 300 pessoas participaram na primeira Marcha do Orgulho LGBTI do Funchal. Emanuel espera que este ano a adesão “seja igual ou maior”.

A conclusão é esta: “Isso trouxe maior segurança às pessoas LGBTI cá na Região, que não tinham nada dessa noção de que se calhar o Funchal até é um bocadinho seguro comparado ao que se pensava antes da marcha”.

DOIS MUDARAM EM 2018

■ De acordo com a Direcção Regional da Administração da Justiça (que integra os serviços de Identificação Civil), desde 2011 (altura em que desde que a lei da identidade de género entrou em vigor) até ao presente, existiram três pedidos para mudar de género e nome no registo civil na Madeira (dois de homem para mulher e um de mulher para homem).

O número pode não parecer significativo, sobretudo se compararmos com os resultados nacionais. Até Agosto, tinham sido registados 72 pedidos de mudança de género nos primeiros meses do ano em Portugal.

Todavia, a Madeira está a mudar. É que desses três pedidos de mudança de género, dois deles aconteceram este ano, fazendo de 2018 o ‘ano da transição’.

Funchal Pride 2018 dedicado aos 'trans'

**2.ª MARCHA DO
ORGULHO LGBTI+
DO FUNCHAL
REALIZA-SE
A 6 DE OUTUBRO**

Este ano, a Marcha do Orgulho LGBTI+ irá realizar-se no dia 6 de Outubro de 2018, sob o lema 'Transpor Preconceitos'.

"No ano passado nós queríamos 'viver na diversidade'. Este ano nós quisemos algo um pouco mais reivindicativo", afirma Emanuel Caires". "O lema chama-se 'Transpor Preconceitos' e quisemos ir aí buscar a parte do 'trans' para reivindicar o acesso aos cuidados de saúde específicos para as pessoas 'trans' cá na Região", explica.

Em primeiro lugar, Emanuel Caires defende que o acesso à endocrinologia devia assegurado à população 'trans' no Serviço Regional de Saúde: "Nós entendemos que a parte da cirurgia não possa ser assegurada [devido aos custos], mas não entendemos porque é que a parte da endocrinologia não está a ser assegurada". "O feedback que nós recebemos da juventude 'trans' é que têm de recorrer ao privado na Região para ter essas consultas de endocrinologia e serem-lhes passadas as hormonas", acrescenta.

Por outro lado, reivindica a existência de um apoio à deslocação para realização de cirurgias de mudança de género fora da Região, uma vez que como vimos estas não são realizadas na Madeira.

"Nós queremos, de facto, que todo este processo seja melhorado. Não só com a parte da endocrinologia, mas nós achamos que, dado que as cirurgias não vão estar cá disponíveis, ao reencaminhar essas pessoas

para o Serviço Nacional de Saúde deve haver algum tipo de apoio para que elas se possam deslocar e ter as cirurgias em Lisboa, no Porto ou em Coimbra, de uma forma mais acessível. Estas deslocações são caras, as cirurgias também exigem alguns custos e achamos que deve haver pelo menos algum apoio financeiro para a parte da deslocação", sublinha.